



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Data: 25 de junho de 2026

Local: Plataforma Digital (Google Meet)

1. ABERTURA E VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e quarenta e dois minutos, sob a presidência do Sr. Eduardo Fernando Francini, deu-se início à reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação. Inicialmente, foi implementada uma medida de segurança para controle de acesso ao link da reunião, visando evitar novas invasões como a ocorrida em reunião anterior. Verificou-se a presença de 11 (onze) membros, garantindo o quórum regimental para a realização dos trabalhos. Em seguida, o presidente apresentou a pauta do dia, composta por: monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME), análise de um projeto de lei em tramitação na Câmara de Vereadores de Piracicaba que institui a obrigatoriedade de formação superior (Licenciatura em Pedagogia) para os cargos de Professor da Educação Infantil e Ensino Fundamental na rede municipal e a composição do comitê do Plano Municipal da Primeira Infância. O presidente iniciou a discussão sobre o monitoramento das 20 (vinte) metas do PME, conduzido por nove grupos de trabalho. Foi apresentado um quadro síntese preliminar com a classificação do cumprimento das metas, a ser utilizado como base para o Fórum de Educação de agosto. O presidente André Calazans acessou a reunião pelo novo link e passou a conduzir o encontro. Os conselheiros André Calazans e Eduardo Francini relataram que a análise destas metas não foi totalmente consolidada devido a compromissos de agenda. Foi identificada a necessidade de verificar, especialmente para a Meta 4 (educação especial), o cumprimento das metas de universalização do atendimento, utilizando dados do IBGE. Discutiu-se a contribuição indireta do município por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O conselho deliberou por solicitar formalmente dados municipais desagregados por raça, cor, renda e território para verificar o impacto das ações municipais. Foi avaliada como parcialmente cumprida, com 2,38% da população da faixa etária ainda não alfabetizada, embora o município



mantenha um patamar geral acima de 93,5%. Sugeriu-se solicitar à Secretaria Municipal de Educação a série histórica de matrículas, dados de evasão e relatórios sobre o Pacto Nacional pela EJA e a CADE EJA. Instaurou-se um impasse sobre a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2021, o município atingiu nota 6,4, abaixo da meta local de 6,9, mas acima da meta nacional. O grupo debateu qual meta considerar e como contabilizar o impacto da pandemia de COVID-19, que interrompeu a trajetória de crescimento. A decisão tomada foi incluir uma ressalva no documento final, explicitando a influência do contexto pandêmico e o histórico de crescimento prévio. Diante da necessidade de dados para completar as análises, o conselho propôs o envio de um requerimento unificado à Secretaria Municipal de Educação e à Unidade Regional de Ensino. Visando dar mais tempo para análise, o presidente sugeriu, e os membros aprovaram, que a votação sobre o requerimento fosse realizada por meio de enquete eletrônica no grupo do conselho, disponível a partir da segunda-feira seguinte, permitindo que os membros revisassem o documento durante o fim de semana. Análise do Projeto de Lei 140/2026. O conselheiro André Calazans apresentou o Projeto de Lei 140/2026, que exige licenciatura em Pedagogia para o ingresso de professores na educação infantil e ensino fundamental. O conselho manifestou-se favorável à exigência da formação pedagógica, mas criticou veementemente a Câmara de Vereadores por não ter realizado a consulta prévia ao Conselho Municipal de Educação, conforme exige o artigo 15 da lei do PME. Os membros (Odair Moral, Euridéia d' Assumpção e André Calazans) concordaram que o conselho deve exigir ser consultado para legitimar as decisões sobre a educação no município, seguindo o exemplo de outros conselhos municipais. Comitê do Plano Municipal da Primeira Infância. André Calazans informou que a Secretaria Municipal de Educação negou a dispensa de ponto para a professora Cristiane Guineza Neves Nercolini, impossibilitando sua participação no comitê. A negativa se deu mesmo com a ausência de um cronograma de reuniões do Comitê, fato que gerou preocupação entre os conselheiros. Os membros Euridéia d' Assumpção e Eduardo Francini expressaram preocupação com a postura da gestão, interpretando a negativa



como um ato de exclusão de docentes da rede e um risco de retaliação. Odair Moral apontou dissonância entre o discurso do projeto Pira 35 e a prática de limitar a participação. Optou-se por cautela nos termos, evitando palavras como "indignação" ou "repúdio" em novos ofícios para não inviabilizar o diálogo. Sugeriu-se incluir essas questões de impedimento de participação como registro no Plano Municipal de Educação. A professora Cristiane Guineza Neves Nercolini retirou sua candidatura para evitar possíveis prejuízos profissionais, mantendo, porém, o interesse no tema. Após deliberação, os conselheiros Eduardo Fernando Francini e Alessandra Cardoso da Cruz Nascimento voluntariaram-se para assumir as vagas, com a ressalva de que suas posições de gestão poderiam facilitar a liberação para as reuniões. Ficou definido que Alessandra Cardoso Da Cruz Nascimento e Juliana Estevam Rombaldo Da Silva representarão o Conselho Municipal de Educação no comitê, e terá como ponto focal Eduardo Fernando Francini. Ficou estabelecido que os designados assumirão o compromisso de manter o colegiado informado sobre todas as discussões e decisões. Outros Informes: Curso de Pedagogia: O Prof. Dr. Marcelo Zambon informou que o projeto para a abertura de um curso de Pedagogia presencial avançou e está sob análise do Conselho Estadual de Educação, sendo a notícia celebrada pelos membros. André Calazans destacou que a omissão da consulta ao conselho em projetos de lei tem sido recorrente, evidenciando uma falha na comunicação institucional. Nada mais havendo a tratar, o presidente André Calazans encerrou a reunião, solicitando a continuidade dos trabalhos de organização dos dados para o PME e mencionando que novas demandas poderiam ser tratadas via enquetes e ofícios.